

Modernização não significa capitalismo | Carta semanal 38 (2026)



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, Etapas 1-3, 2026. Apresentado no dossiê nº 104, Caminhando sobre Duas Pernas: O Socialismo da Modernização Chinesa, setembro de 2026.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

Em 1960, o economista estadunidense Walt Whitman Rostow publicou *As etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista*. O subtítulo mostrava o propósito do livro. Rostow não se limitou a descrever o desenvolvimento econômico, mas ofereceu uma arma ideológica para a Guerra Fria. Todas as sociedades, argumentava o autor, percorriam o mesmo caminho, começando pela “sociedade tradicional”, passando pelas “pré-condições para a decolagem”, a “decolagem”, a “busca pela maturidade” e, finalmente, chegando então à “era do alto consumo de massas”. No final desse caminho estavam os próprios Estados Unidos: suas instituições sociais, culturais e políticas surgiam como modelo para o resto do mundo. Na visão de Rostow, desenvolver-se significava imitar os padrões de consumo e as formas institucionais do Ocidente imperialista; modernizar-se significava se tornar capitalista.

A teoria de Rostow, e especialmente a do economista de Santa Lúcia, Arthur Lewis, colocava a “tradição” em oposição à “modernidade”. O velho mundo precisava ser eliminado para que o novo pudesse surgir. O colonialismo **desapareceu** dessa narrativa, assim como a escravidão, a pilhagem, as trocas desiguais e a transferência organizada de riquezas da Ásia, África e América Latina para a Europa e a América do Norte. Os países empobrecidos pelo imperialismo eram levados a acreditar que sua pobreza resultava de suas próprias

culturas atrasadas. Não precisavam de soberania ou revolução social; o que precisavam, diziam, era de capital estrangeiro, especialistas ocidentais e paciência.



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, Caminhando sobre Duas Pernas, 2026. Capa do dossiê nº 104, Caminhando sobre Duas Pernas: O Socialismo da Modernização Chinesa, setembro de 2026.

Em uma **carta semanal** anterior sobre nossas tradições radicais, discutimos a riqueza do debate em torno das heranças culturais dentro da política radical. Na China, porém, o principal problema não era a tradição em si, mas a humilhação. Da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) até a vitória da Revolução Chinesa (1949), a China sofreu o que ficou conhecido como o “século da humilhação”: o ópio imposto à sua população, tratados

desiguais impostos aos seus governos, territórios tomados por potências estrangeiras, portos subordinados a monopólios imperiais e o país dilacerado por senhores da guerra, ocupação e guerra civil. O capitalismo entrou na China não com *A riqueza das nações* (1776), de Adam Smith, em mãos, mas com canhoneiras e narcóticos. As forças do capitalismo não unificaram o país nem libertaram sua capacidade produtiva. Em vez disso, o imperialismo capitalista fragmentou a sociedade chinesa e fortaleceu os latifundiários, os compradores e os intermediários do capital estrangeiro.

Para o povo chinês, modernização não significava rejeitar totalmente sua civilização ou a entrada na sala de espera do Ocidente. Modernização significava pôr fim à humilhação, recuperar a soberania, unificar o país, erradicar a fome e o analfabetismo e criar a capacidade material para impedir o retorno dos canhoneiros. Por essa lógica, a modernização chinesa só poderia começar com a libertação nacional e só poderia avançar por meio do socialismo.

Nosso mais recente dossiê, *Caminhando sobre duas pernas: o socialismo da modernização chinesa*, chama a atenção para as duas tarefas inseparáveis assumidas pela Revolução Chinesa: a transformação das relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas. Um país pobre não poderia abolir a privação simplesmente distribuindo-a de forma mais igualitária – eram necessárias indústria moderna, ciência, tecnologia e infraestrutura. Mas, dada a armadilha do sistema neocolonial, como era possível que a China realizasse esse projeto? Poderia ser feito sem abordar questões fundamentais de propriedade e emancipação social? Em nosso dossiê, dividimos a história moderna da China em três fases: 1949 a 1978, 1978 a 2013 e 2013 até o presente.



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, Etapa 1, 2026. Apresentado no dossiê nº 104, Caminhando sobre Duas Pernas: O Socialismo da Modernização Chinesa, setembro de 2026.

Em 1949, a China estava entre os países mais pobres do mundo: a expectativa de vida era de cerca de 35 anos, a alfabetização era inferior a 20%, a capacidade industrial era extremamente limitada e o campo permanecia dominado por relações feudais. Os primeiros passos da revolução foram, portanto, tanto sociais quanto materiais. Em 1953, a reforma agrária havia redistribuído quase 47 milhões de hectares para aproximadamente 300 milhões de camponeses sem-terra ou com pouca terra. A ordem latifundiária foi alterada, mas algo mais profundo também ocorreu. Os camponeses experimentaram o *fanshen* (翻身) – literalmente, “virada” ou “virar o corpo”, mas, na linguagem da revolução, significava se libertar da servidão e se erguer como

participantes ativos no desenvolvimento nacional. A modernização começou não com um shopping center, mas com terra, dignidade e o fim da servidão.

Campanhas de alfabetização em massa, sistemas de saúde pública, salas de leitura rurais e o programa “médicos descalços” transformaram a sociedade. Em 1959, a alfabetização havia subido para 57%. Em 1978, a expectativa de vida havia subido para mais de 63 anos. Enquanto isso, o planejamento socialista lançou as bases de uma economia industrial integrada: siderúrgicas, usinas de energia, fábricas de automóveis e tratores, ferrovias e pontes. Essas conquistas foram alcançadas sob bloqueio, sanções e a constante ameaça de guerra. A soberania havia adquirido uma base material, mas ainda era instável.



Duas Pernas: O Socialismo da Modernização Chinesa, setembro de 2026.

Após 1978, a política de reforma e abertura mudou de tática sem abandonar a direção histórica. A afirmação de Deng Xiaoping de que “pobreza não é socialismo” capturou a essência do problema. A China utilizou os mercados e o capital estrangeiro sob a **orientação do Estado** para desenvolver suas forças produtivas, mas não abdicou dos setores estratégicos da economia. O controle público sobre os setores bancário, energético, de telecomunicações e de transportes permitiu que o Estado **orientasse** os investimentos e impedisse que o setor privado guiasse os rumos da sociedade. O mercado foi utilizado como instrumento, não como um fim em si mesmo.

Esse segundo período gerou imensa riqueza social e tirou mais de 765 milhões de pessoas da pobreza entre 1978 e 2019. Contudo, também produziu sérias contradições: desigualdade, corrupção, desequilíbrios regionais, pressão sobre os trabalhadores e devastação ecológica. Reconhecer essas contradições não significa descartar o período de reformas, assim como reconhecer suas conquistas não exige ocultar seus custos. A construção do socialismo não é uma linha reta traçada de antemão, mas um processo de luta no qual novas capacidades geram novas contradições que precisam ser resolvidas.



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, Etapa 3, 2026. Apresentado no dossiê nº 104, Caminhando sobre Duas Pernas: O Socialismo da Modernização Chinesa, setembro de 2026.

Desde 2013, a China entrou em sua terceira fase, organizada em torno de três conceitos: prosperidade comum, **civilização ecológica** e desenvolvimento de alta qualidade. A campanha de Auxílio Direcionado à Pobreza **mobilizou** mais de três milhões de quadros do Partido Comunista Chinês (PCCCh) para alcançar os últimos focos de extrema pobreza, garantindo renda mínima, alimentação e vestuário adequados, educação, saúde, moradia segura, água potável, eletricidade e transporte. Em vez de esperar que a riqueza chegasse por si só, o partido foi de casa em casa para identificar a privação e superá-la. Ao mesmo tempo, o partido agiu contra a concentração de poder privado, intensificou a regulamentação das empresas de tecnologia, restringiu

o setor de aulas particulares e combateu a especulação imobiliária sob o princípio de que “casas são para morar, não para especular”. A China direcionou o crédito da atividade especulativa para a indústria estratégica, infraestrutura pública e desenvolvimento tecnológico. Essas não são pequenas alterações administrativas; elas dizem respeito à questão socialista fundamental: se o capital governa a sociedade ou se a sociedade governa o capital.

O presidente chinês Xi Jinping **descreveu** a modernização chinesa como “modernização socialista conduzida sob a liderança do Partido Comunista da China”. O conceito de modernização socialista não é hostil à tradição, mas permite que a China se aproprie de sua herança civilizacional sem se submeter à hierarquia feudal ou à dominação cultural ocidental. A tradição não é uma peça de museu nem um obstáculo a ser superado; ela é herdada de forma crítica e colocada em diálogo com a razão científica e a ética socialista.



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, O Caminho Adiante, 2026. Apresentado no dossiê nº 104, Caminhando sobre Duas Pernas: O Socialismo da Modernização Chinesa, setembro de 2026.

A memória da humilhação na China é por vezes tratada no Ocidente como uma queixa psicológica manipulada pelo Estado. Mas a humilhação não é meramente um sentimento. Refere-se a uma condição material: a perda da soberania, a apropriação de recursos, a negação do desenvolvimento tecnológico e a subordinação do futuro de um povo ao poder estrangeiro. As atuais restrições aos semicondutores, as sanções, as barreiras comerciais e o cerco militar lembram ao povo chinês que o antigo desejo imperial de travar o seu desenvolvimento não desapareceu. A autossuficiência tecnológica não é, portanto, um nacionalismo estreito, mas a forma contemporânea assumida pela defesa da soberania.

O caminho da China não pode simplesmente ser copiado por outros países. Surgiu de uma revolução enraizada na aliança entre operários e camponeses e de um partido capaz de planificar para além das gerações. Mas a sua história coloca uma questão urgente ao Sul Global: pode haver modernização sem soberania? Os países sobrecarregados por dívidas externas, dependentes das exportações de matérias-primas e privados do controle sobre dados, finanças, tecnologia, energia e transportes são formalmente independentes, mas impedidos de determinar os seus próprios futuros. A escada de Rostow é entregue a eles, mas não há degraus para subir.



Fan Wennan, Camarada Chang'e (嫦娥同志), 2022. Imagem da capa da revista Wenhua Zongheng, vol. 1, nº 2, O Caminho da China da Extrema Pobreza à Modernização Socialista, junho de 2023.

A Revolução Chinesa não buscou permissão para subir a escada de Rostow; ela forjou seu próprio caminho para o desenvolvimento. A modernização da China não deve ser medida pelo volume de mercadorias ou pelo número de bilionários; deve ser medida pela capacidade dos camponeses de se manterem de cabeça erguida, pela alfabetização das crianças, pela longevidade e saúde da população, pela capacidade da tecnologia de atender às necessidades sociais, pela proteção da natureza e pela capacidade de uma nação de enfrentar um império sem se curvar. A modernização da China não é utópica; a resolução de cada problema gerou novos problemas que precisam ser enfrentados. O verdadeiro teste da modernização chinesa talvez tenha sido sua capacidade de se adaptar às mudanças dos tempos e enfrentar novos desafios. Não afirmamos que a sociedade

chinesa não tenha problemas, mas sim que seu projeto socialista está organizado para reconhecer contradições, mudar de rumo e lutar para resolvê-las.

A trajetória de modernização da China demonstra que países subdesenvolvidos podem trilhar um caminho distinto do Ocidente capitalista, ao mesmo tempo que defendem sua soberania. A lição não é que a China possa ser copiada, mas sim que a modernização exige uma organização política capaz de transformar a soberania em planejamento, capacidade tecnológica, bem-estar social e poder coletivo. É por isso que a questão dos partidos políticos é importante. Não é possível compreender plenamente a trajetória da China sem analisar seu sistema partidário, a estrutura do PCCh e sua relação com outros partidos, o Estado e a sociedade. Para acompanhar de perto essa jornada, leia nossa **revista semestral**, *Wenhua Zongheng: A Journal of Contemporary Chinese Thought*, publicada em associação com o **Global South Academic Forum (GSAF)**.

A edição de 2026 da conferência GSAF será realizada em Pudong, Xangai, de 17 a 18 de outubro, sob o tema “Partidos Políticos do Sul Global: Governança e Modernização”. Ao reunir partidos políticos, movimentos sociais e instituições acadêmicas de todo o Sul Global, o fórum cria um espaço para comparar experiências de governança e modernização e para questionar como a soberania pode ser traduzida em instituições capazes de planejamento, desenvolvimento e emancipação. Em jogo está a questão de se os povos do Sul Global podem definir a modernização em seus próprios termos, não como imitação, mas como a construção coletiva de um futuro para além da dependência.

Cordialmente,

Vijay